

# MIREMPET

## COMUNICAÇÃO DIGITAL DE CIRCULAÇÃO INTERNA

### REFINARIA DE CABINDA EM TESTES DE COMISSIONAMENTO

30/11/2024 - ANO 3  
EDIÇÃO Nº 66



### CONFIRA AINDA NESTA EDIÇÃO

- AMUFERT: Ministro Azevedo quer "próximo encontro na data da inauguração"
- Cuanza-Norte terá fábrica de Silício-Manganês
- Funcionários do MIREMPET dizem "não ao cancro da próstata"



### RESPONSABILIDADE SOCIAL: MAIS DE 100 PROJECTOS SOCIAIS CONCLUÍDOS EM 2023

Um total de USD 121 502 105, 88 foram investidos em 121 projectos concluídos e entregues à comunidade, no âmbito dos investimentos do Sector em 2023.



### ALROSA FORA DE CATOCA E LUELE

Decisão anunciada pelo Ministro Diamantino Azevedo, em reunião do Conselho de Ministros.



### ITIE: SECRETARIADO INTERNACIONAL AVALIA ANGOLA NO TERRENO

Os trabalhos para a avaliação presencial terminaram a 28 de Novembro.



## SONANGOL PROMOVE 1º WORKSHOP SOBRE HIDROGÉNIO VERDE

A Sonangol-EP, realizou a 14.11, em Luanda, o 1º Workshop sobre o “Projecto de Hidrogénio Verde” a ser desenvolvido na Barra do Dande.

Convidado a proceder a abertura, o Secretário de Estado para o Petróleo e Gás afirmou que as alterações climáticas e os seus impactos, especialmente visíveis e gravosos nos últimos anos, abrem novos caminhos e oportunidades para a busca de alternativas com recursos às fontes de energias limpas e sustentáveis.

José Alexandre Barroso realçou o interesse que as empresas do sector petrolífero têm pelo hidrogénio, especialmente o “Hidrogénio Verde” como alternativa para a transição energética e consequentemente o seu derivado, a Amónia Verde, que se apresenta como solução para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

“A previsível deslocação da procura global para fontes de energias limpas e renováveis terá grandes implicações para as economias exportadoras de combustíveis fósseis e, como tal, a estratégia da Sonangol passa por avançar para a transição energética, adoptando uma matriz de produção de energia sustentável, apesar de se manter focada às Operações de Exploração e Produção de hidrocarbonetos a curto e médio prazos”, afirmou José Barroso.

Segundo o PCA da Sonangol, Gaspar Martins, o Workshop visou a partilha de conhecimentos, discutir desafios e explorar soluções inovadoras que todas as partes interessadas (parceiros, investidores, especialistas e comunidades científica) se sintam partes do processo.

Foram apresentados temas como: Hidrogénio e Amónia Verde, Visão Estratégica, Impacto e Desafios; Projecto Hidrogénio Verde da Barra do Dande; Reflexão sobre a Industrialização Verde e Experiência Internacional em Desenvolver Projectos Similares Tecnológicos.

Participaram ainda na actividade o Director geral do IRDP o Embaixador da Alemanha em Angola, parceiros e convidados.





## REFINARIA DE CABINDA INICIA TESTES DE COMISSONAMENTO

O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás presenciou, a 29 de Novembro, o início dos testes de comissionamento, uma fase imprescindível à sua plena operacionalização, prevista para o próximo ano.

À chegada a Cabinda, Diamantino Azevedo foi recebido pela Governadora Provincial de Cabinda, Suzana de Abreu, que acompanhou a visita efectuada à Refinaria.

De acordo com uma nota emitida pelos gestores do projecto, os testes de comissionamento consistem na verificação e validação dos sistemas e equipamentos que integram a Refinaria, assegurando que toda a operação vai decorrer de acordo com as mais adequadas especificações técnicas e com os mais elevados padrões de segurança.

Este processo é vital para garantir o funcionamento eficiente e seguro da refinaria, otimizando a produtividade e o desempenho industrial na refinação de petróleo.

O mesmo será realizado em várias etapas, abrangendo diferentes sistemas e processos até que a refinaria esteja totalmente operacional.

"Os progressos alcançados até agora no projecto da Refinaria de Cabinda foram fundamentais para atingir este marco. Actualmente, já se encontram em estágio avançado de conclusão diversas infraestruturas-chave, designadamente tanques de armazenamento, sistemas de geração de energia, produção de ar comprimido, sistemas de combate a incêndios e a unidade de destilação", lê-se na nota.

No documento, consta também que a fase inicial de comissionamento envolve equipas especializadas da Refinaria, abrangendo os departamentos de construção, qualidade, comissionamento e operação, além de outros profissionais de referência, destacando que "este esforço coordenado reflecte o compromisso do projecto com a excelência técnica e operacional que terá um impacto positivo na criação de empregos locais, tendo gerado, até à data, 2 800 postos de trabalho, dos quais 100 trabalhadores estão directamente envolvidos nas actividades de comissionamento".

A Refinaria de Cabinda é um investimento estratégico, sob gestão da empresa Gemcorp Angola em parceria com a Sonangol, que vai reforçar a capacidade de refinação de petróleo em Angola, reduzindo a dependência de importação de combustíveis e contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável do país.

O ministro Azevedo explicou, no final da visita, que em Março de 2025 acontece o comissionamento (ensaio) com petróleo

bruto e em Junho a destilação de alguns derivados do petróleo.

A inauguração acontece no rol das actividades comemorativas dos 50 anos de independência", explicou.

A construção da Refinaria de Cabinda obedece a duas fases, dando na primeira tratar até 30 mil barris de petróleo ao dia e na fase final 60 mil barris de petróleo dia.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL: MAIS DE 100 PROJECTOS SOCIAIS CONCLUÍDOS EM 2023



Um total de USD 121 502 105, 88 foram investidos em 121 projectos concluídos e entregues à comunidade, no âmbito dos investimentos sociais do Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, no ano de 2023.

Os dados constam do Relatório sobre os investimentos em projectos sociais realizados pelas empresas do Sector Mineiro e dos Hidrocarbonetos, apresentados, a 29 de Novembro, pelo Director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística (GEPE) do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

Em acto realizado no MIREMPET, Alexandre Garrett avançou que os projectos sociais implementados pelas empresas do sector demonstram o alinhamento com a estratégia nacional de combate à pobreza e redução das assimetrias sociais, pilares fundamentais do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, acrescentado que "este compromisso, orientado pelas políticas e planos do Executivo, coloca as empresas numa posição de relevância para apoiar a construção de um país mais desenvolvido e inclusivo".

Segundo Garrett, os investimentos sociais realizados pelas empresas do Sector têm tido impactos concretos em várias áreas, tais como educação, saúde, desenvolvimento económico e social, desporto, meio ambiente e biodiversidade e em outros domínios.

"Estes esforços têm estado a beneficiar inúmeras regiões de Angola, contribuindo para uma transformação positiva e continua da vida das comunidades", assinalou o responsável.

Participaram no encontro representantes de instituições públicas e privadas, parceiros do Sector, entidades eclesiais, membros do corpo diplomático e da sociedade civil.



## ALROSA FORA DE CATOCA E LUELE



A decisão foi anunciada, a 28 de Novembro, pelo Ministro Diamantino Azevedo, durante a reunião do Conselho de Ministros.

Maaden International Investment de Omã é a empresa que passa a deter as acções da russa Alrosa, afectada por sanções norte-americanas e europeias, juntando-se à diamantífera pública angolana Endiama.

A subsidiária do fundo soberano do Sultanato de Omã vai, igualmente, substituir a Alrosa na Sociedade Mineira do Luele.

O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás explicou que as sanções à diamantífera russa criavam dificuldades à indústria diamantífera angolana e à credibilidade dos nossos diamantes no mercado internacional, o que levou o Presidente João Lourenço a orientar a Tutela do Sector e a empresa pública Endiama (então sócia da Alrosa) "a encontrarem uma solução que atendesse as duas partes".

Diamantino Azevedo acrescentou que "até ao momento, o nosso País nunca foi sancionado porque os Presidentes de Angola, Namíbia e Botswana assumiram uma posição concertada junto do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo)".



## ITIE: SECRETARIADO INTERNACIONAL AVALIA ANGOLA NO TERRENO



A equipa de validação do Secretariado Internacional da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE) encerrou, a 28 de Novembro, os trabalhos para a avaliação presencial de Angola como país implementador da norma ITIE, iniciado, oficialmente, no dia 1 de Outubro do ano em curso.

Ao proceder o balanço da actividade, a oficial do Secretariado, explicou que o processo de validação envolveu consultas às partes interessadas, cujas informações colhidas servirão para o processo de validação.

Tatiana Alvarenga considerou que a implementação da ITIE é um processo que deve ser conduzido por vários grupos e realçou que, no caso de Angola, o Comité Nacional de Coordenação (CNC), o Governo, a sociedade civil e a indústria extractiva assumem esta responsabilidade.

“Angola está a trabalhar e a caminhar para a frente, tanto é que já vai no seu segundo relatório publicado. Apesar de ter o prazo final para a publicação em Dezembro de 2024, o referido relatório encontra-se em fase de avaliação e a ser feita a consulta aos múltiplos parceiros, dentro e fora do Comité Nacional de Coordenação”, referiu a oficial.

Por seu turno, o Director Executivo do Secretariado Nacional da ITE afirmou, na ocasião, que desde que a Angola aderiu à Iniciativa, comprometeu-se com a promoção da transparência das receitas provenientes da indústria extractiva e a sua avaliação incide concretamente sobre o segundo relatório. “Esperamos que o País se mantenha na ITIE como membro. Este é um esforço que todos os membros e intervenientes temos desenvolvido”, assinalou José Malanga.

As vistas de trabalho foram realizadas no MIREMPET, Ministério das Finanças, Ministério do Ambiente, Agência Nacional dos Recursos Minerais, Agência Nacional do Petróleo e Gás, Sonangol, Endiama, Sodiam, Comissão Nacional do Processo Kimberley e AGT, assim como nas empresas TotalEnergie, Azule Energy, ExxonMobil, Equinor, Chevron., Catoca, Tosityali, Pensana e Ernest & Young.

As associações ADRA, JEA, Ajudeca, Mosaiko e Mwana Pwo também foram visitadas pelos avaliadores do Secretariado Internacional da ITIE para a busca de informações sobre a conformação do país às normas da organização.

O Comité Nacional de Coordenação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (CNC-ITIE-ANGOLA) é a estrutura interna, integrada por representantes do Executivo, da indústria extractiva e da sociedade civil, que visa conformar o País às normas internacionais da organização, tendo já submetido dois relatórios anuais.



## AMUFERT: MINISTRO AZEVEDO QUER "PRÓXIMO ENCONTRO NA DATA DA INAUGURAÇÃO"



"A Amufert vai produzir cerca de 1.3 milhões de toneladas de fertilizantes anualmente, numa extensão de produção de 7.89 milhões de hectares. O projecto, que poderá garantir a criação de mais de 1.500 empregos directos e 4.000 indirectos, merece o apoio institucional dos entes públicos do sector para mais facilmente executar as suas metas", referiu

o Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, a 20.11, em Luanda, na cerimónia de assinatura do Contrato de Engenharia, Gestão e Construção (EPC, sigla em inglês), firmado pelas empresas Amufert SA, Wuhuan Engineering Co. Ltd e WeDo.

Diamantino Azevedo considerou o projecto, que visa fortalecer a estratégia na defesa da auto-suficiência alimentar e segurança alimentar de Angola com a construção da fábrica de fertilizantes, é, seguramente, uma porta importante para garantir a segurança alimentar às populações, o crescimento do produto interno bruto nacional, com a exportação da produção excedente para outros mercados, nomeadamente para os países vizinhos.

O governante referenciou a Amufert como um exemplo para outras nações que buscam alcançar a auto-suficiência em sectores essenciais para o bem-estar das suas populações e o crescimento económico sustentável dos seus países, ressaltando que, a contar com os números que se projectam com a sua implementação, o salto económico será "gigante". "Eu, o Ministro da Agricultura e os nossos colaboradores vamos nos engajar ainda mais para criarmos todos os mecanismos necessários para que os empreendedores possam também abraçar mais projectos desta natureza e termos mais correctivos de solo para que os nossos agricultores possam ter o produto à sua disponibilidade, que é muito importante para o aumento da produtividade agrícola", esclareceu o responsável.

O titular do MIREMPET deixou um recado ao grupo AMUFERT e a Afreximbank, "voltei hoje para testemunhar a assinatura do Contrato de Engenharia, Gestão e Construção. Por favor, não me convidem para mais assinaturas, devemos nos encontrar apenas no dia 20 de Maio de 2027, no Soyo, para iniciarmos a produção de amónia".

Por seu turno, o então Ministro da Agricultura, António de Assis, afirmou que "com a entrada da fábrica em funcionamento, Angola passará a ter capacidade de produzir todos os fertilizantes que necessita e ainda terá a possibilidade de atender demandas de outras partes do mundo".

O PCA da Amufert, Agostinho Kapaia, ressaltou que, em tempos de desafios globais e locais, é cada vez mais crucial que a África olhe para dentro e aposte nas soluções locais para a resolução dos seus problemas, tendo destacado a AfreximBank pela sua demonstração para o desenvolvimento do continente e a sua participação neste projecto como um exemplo claro de como a cooperação entre as instituições africanas pode gerar soluções concretas.

O Contrato EPC foi assinado por Agostinho Kapaia, PCA da Amufert SA, Wang Jiayi, Vice Presidente da Wuhuan Engineering Co. Ltd e Pedro Santos. PCA da WeDo.



À margem do evento, o Ministro Diamantino Azevedo reuniu com os parceiros da Amufert. Dos assuntos abordados destacam-se a reafirmação de todo apoio governamental para o Projecto dos fertilizantes e o comprometimento dos Parceiros para a entrega do Projecto dentro dos prazos estabelecidos.

A Amufert é uma empresa do grupo empresarial OPAIA com participação da SonaGás, está a implementar um empreendimento estratégico no Soyo (província do Zaire), para o desenvolvimento do setor agrícola e auto-suficiência de Angola em fertilizantes.





## CUANZA-NORTE TERÁ FÁBRICA DE SÍLICA-MANGANÊS

Uma delegação do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, trabalhou nos dias 18 e 19 de Novembro do ano em curso, na província do Cuanza-Norte. O objectivo foi de constatar o desenvolvimento das actividades ligadas ao Sector, no âmbito das suas atribuições estatutárias.

Da agenda constaram encontros de trabalho com o Governo Provincial e as administrações locais, com os operadores do sector e visita de campo à mina Kitota, às instalações de combustível e ao local em que se está a construir a fábrica de Beneficiamento de Manganês.

"Precisamos de criar condições para atrairmos investidores em Angola", referiu o Ministro Diamantino Azevedo, à chegada da delegação, que foi recebida pelo Governador



Provincial, João Diogo Gaspar, acompanhado dos Vice-Governadores para o Sector Político, Social e Económico e para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas.

Mil empregos serão criados até ao segundo semestre de 2025, altura em que arranca a unidade industrial que vai produzir sílica manganês (SiMn), ferros-silício (FeSi) e ferro-manganês (FeMn), "podendo ainda avançar para fertilizantes e ferro gusa", segundo Hélder Milagre, CEO da Mn Kitota, empresa sócia no projecto.

A unidade poderá ainda produzir, em fases subsequentes, amônia e cimento, de acordo com explicações de Tang Shifu, responsável pela empreitada, tendo avançado que "os equipamentos para a primeira fase do projecto já se encontram no local e em montagem".

Em companhia do Governador João Diogo Gaspar, o Ministro Diamantino Azevedo visitou, a 17.11, a futura fábrica, no município de Lucala, que é fruto de uma parceria entre a empresa angolana MN Kitota, que explora Manganês na localidade de Kitota (Malanje), e a chinesa ST New Materials Lda.

Convidado a proceder o balanço do dia, Diamantino Azevedo explicou que a fábrica prevê, na primeira fase, a produção do composto sílica manganês que é usado em vários processos industriais.

"Estamos a incentivá-los para produzirem ferro manganês e ferro silício que é usado na indústria diamantífera.

Este composto, em Angola, é importado e, se conseguirmos a produção local, poderemos passar também a exportar", referiu.

Acrescentou que o projecto é bastante importante "porque vai contribuir significativamente para a diversificação económica e prevê também produzir gás, sendo intenção dos investidores transformá-lo em amônia que é útil para a agricultura".

A unidade fabril, cujo investimento está avaliado em 250 milhões de dólares e vai incentivar o surgimento de outras indústrias.



## Bolongongo e Quiculungo "ganham" bombas de combustíveis

Até agora desprovidos de postos de abastecimento, os municípios do Quiculungo e Bolongongo, no Cuanza-Norte, terão essa carência suprida em breve, estando

"em fase avançada de construção" bombas de combustíveis, segundo o Director-Geral do Instituto Regulador de Petróleo (IRDP), a 19.11, no Encontro de Trabalho realizado pelo MIREMPET naquela província.

"Até o momento, a província conta com dezassete postos de abastecimento de combustível em diferentes municípios, sendo que destes apenas quinze estão em funcionamento, explicou Luís Fernandes.

Durante o encontro, em que participaram o governador e o seu elenco, assim como actores económicos ligados à indústria mineira e comercialização de derivados de hidrocarbonetos, foram apresentados os temas:

O potencial geológico-mineiro do Cuanza-Norte (IGEO); Procedimentos para a outorga de direitos mineiros e a quantidade de licença a empresas mineiras que operam na província (ANRM); e a descentralização de competências dos órgãos centrais às províncias (DNRM).

Um workshop sobre o sector mineiro pode acontecer no próximo ano, em Ndalatando, capital do Cuanza-Norte, segundo acerto a que chegaram o Ministro Diamantino Azevedo e o Governador João Diogo Gaspar.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOMINA ENCONTRO ENTRE MIREMPET E EMBAIXADORA DA FRANÇA



O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, concedeu, a 13.11, uma audiência à Embaixadora de França em Angola.

À saída, Sophie Aubert disse que o encontro serviu para aprofundar as relações de cooperação entre os Angola e França, no domínio da formação profissional e ensino superior, havendo a intenção de se desenvolverem dois novos programas com as Universidade Agostinho Neto e com o ISPTEC, nomeadamente "Petróleo e Gás" e "Transição Energética".

O Governo de França, através da sua embaixada em Angola e o Governo Angolano, através do MIREMPET, têm levado a cabo um programa de envio anual de 50 jovens angolanos para frequentarem cursos de engenharia em instituições de ensino superior em França.

Participaram no encontro entre o Ministro Diamantino Azevedo e a Embaixadora Sophie Aubert o Director Nacional de Formação e Conteúdo Local, e o Director do Gabinete de Intercâmbio.





## FUNCIONÁRIOS DO MIREMPET DIZEM “NÃO AO CANCRO DA PRÓSTATA”

Os funcionários do MIREMPET participaram, na manhã deste sábado, 23.11, de uma sessão de ginástica, em gesto de apoio da campanha "Novembro Azul", promovida neste departamento ministerial.

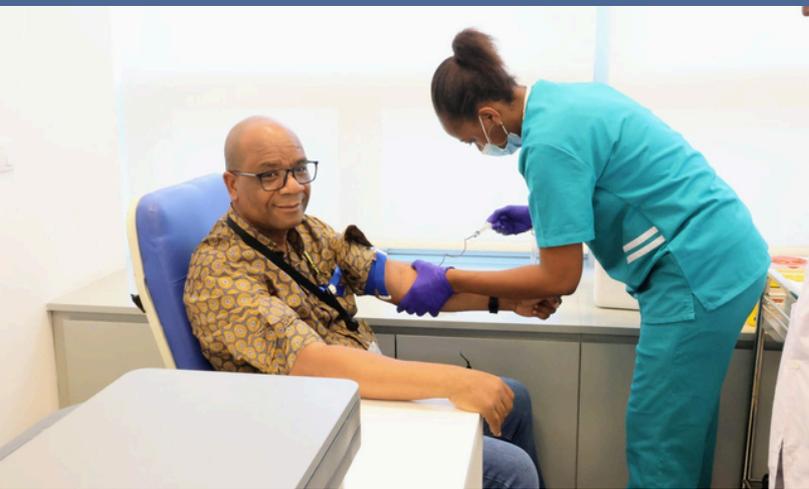
Denominada "Ginástica para Todos", a actividade que teve lugar no pátio do MIREMPET e foi dirigida por Letícia Almeida, também funcionária do ministério, que, na ocasião, afirmou que o acto visou ainda a interacção e diversão dos participantes.

"Vivemos numa sociedade muito intensa, muito corrida, sem tempo para nossas actividades pessoais. A actividade física é um imperativo para a prevenção da saúde como um todo, não só o cancro da próstata", ressaltou.

Para a Directora do GRH, Paula Fernandes, "a acção visou alertar a todos os funcionários sobre a importância de se investir na prática regular de exercícios para a prevenção e cuidados da saúde física e mental".

Leonardo Packa, um dos participantes, deixou um apelo para a contínua a realização de actividades do género. "Estaremos sempre aqui para participar", assinalou.

## Sensibilização sobre prevenção



Com objectivo de consciencializar os funcionários sobre a importância de se realizar o exame preventivo do cancro da próstata, o MIREMPET realizou, a 22.11, o Workshop sobre "Desmistificação do vírus HPV (Diagnóstico Precoce) e Sensibilização sobre o Cancro da Próstata", no Anfiteatro Albina Assis.

Na ocasião, a Directora do GRH do MIREMPET disse que, com este evento, o Ministério pretende promover não apenas a consciencialização dos funcionários, mas também trazer o diálogo e quebrar tabus que dificultam a adesão essencialmente dos homens de realizarem o exame preventivo do Cancro da Próstata.

"Esta campanha que já se tornou uma referência no MIREMPET e traz-nos uma mensagem importante sobre a necessidade da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata. Pois, como bem se diz, prevenir é sempre o melhor caminho", referiu Paula Fernandes.

Oswaldo Correia, funcionário do MIREMPET que, além de participar no workshop, fez o exame de rastreio no final e aconselhou os colegas para que façam os exames. "Uma vez que estamos em campanha Novembro Azul, é melhor aproveitar porque depois, o tratamento pode custar mais caro ou até mesmo a nossa vida", frisou.

Durante uma semana, foram realizados exames de rastreio do cancro da próstata.





## CONTEÚDO LOCAL JUNTA EMPRESAS E ESPECIALISTAS EM LUANDA

"A trilhar o caminho para o sucesso" é o lema do 4º Workshop sobre conteúdo local, organizado pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG), a 22 de Novembro, no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, que juntou empresas operadoras e prestadoras de serviços à indústria petrolífera (conteúdo local), assim como vários especialistas. Convidado a proceder a abertura do evento, o Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás referiu que "o Sector tem consciência, em resultado das interações regulares com as empresas e também por via de vários pronunciamentos públicos de gestores e membros de empresas e associações empresariais, que existem ainda vários desafios e constrangimentos no processo de implementação do [Decreto Presidencial n.º 271/20](#) que estipula o Regime Jurídico do Conteúdo Local do Sector".

Diamantino Azevedo ressaltou que, no topo destas preocupações surge a Lei n.º 2/12, de 13 de Janeiro sobre o Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero que, segundo as discussões que reduz a competitividade do empresariado local, situação que considerou como transversal a todo o sector económico nacional.

"O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás tem interagido com outras entidades do Executivo para a busca de uma possível solução.

Contudo, não havendo uma solução imediata, temos que continuar a desenvolver todos os esforços necessários para que as empresas de conteúdo local, apesar do actual contexto cambial", esclareceu o governante, apelando que as empresas continuem a fortalecer-se organizacional, humana e tecnicamente, buscando soluções de financiamento nos mercados nacionais e internacionais.

O PCA da ANPG, Paulino Jerónimo, disse, na ocasião, que "mais do que reflectir sobre a situação das empresas de conteúdo local em Angola, o momento serve para partilhar experiências e calibrar o futuro".





## QUADROS DO MIREMPET ACTUALIZADOS SOBRE CADASTRO MINEIRO

O Workshop sobre a "Transição para o Cadastro Mineiro Digital de Angola (CMA)", realizou-se, a 21 de Outubro, no MIREMPET. O encontro visou elucidar os participantes sobre a adaptação ao novo fluxo de trabalho, bem como a segurança e as melhores práticas do CMA.

De acordo com o Gestor do Projecto de Implementação do CMA, Emanuel Lopes, a iniciativa representa uma chamada de atenção às mudanças que o sistema trará, podendo, em alguns momentos, causar resistência à sua implementação.

"O fundamento principal para a sua incrementação foi a melhoria do cadastro mineiro, visto que, actualmente, não existe uma base cadastral única que esteja disponível para o público", esclareceu o também Consultor do Secretário de Estado para os Recursos Minerais. Segundo o gestor, por via desta melhoria, espera-se, por um lado, uma maior transparência e, por outro, a eficiência dos serviços públicos, dando a oportunidade dos requerentes poderem acompanhar os seus processos em tempo real.

Para a prelectora Sheila de Paiva, técnica de TI da Endiama e co-gestora do projecto, "embora a componente tecnológica seja a base desta plataforma, a parte humana é a fundamental para o sucesso da sua implementação", realçando desta forma a importância deste workshop. A acção contou com 17 participantes do MIREMPET, que apresentaram dúvidas, relacionadas com a gestão técnica e tecnológica da plataforma, bem como as vantagens e desvantagens que esta mudança poderá trazer nas demandas do Sector e na relação com os requerentes de áreas mineiras.

## REDE MUHATU CELEBRA SEGUNDO ANIVERSÁRIO



como a diversidade e a inclusão são forças motrizes para a inovação e o sucesso.

O Secretário de Estado para os Recursos Minerais procedeu a abertura do acto que aconteceu na primeira edição da Forbes Africa Annual Summit, a 20.11, em Luanda. No seu discurso, Jânio Corrêa Vítor enalteceu as mulheres e as organizações que têm contribuído para o desenvolvimento da cadeia dos recursos minerais, petróleo e gás, tendo assegurado o apoio institucional do MIREMPET à rede das mulheres do Sector.

A mentora da MEA, Natacha Massano, apelou às mulheres para a "contínua partilha de experiências, capacitação, especialização para demonstrarem com acções que tudo é possível".

"Nós criámos a Rede Muhatu, não para confrontar os homens, mas para continuar a trabalhar juntos e com equidade, porque um país faz-se com ambos", referiu a mentora.

No evento foram abordados temas relacionados com o poder da energia, liderança pela competência e sobre talento.

A Rede Muhatu Energy Angola (MEA) celebrou o seu segundo aniversário com a realização de um fórum denominado "Women's Energy Powered by Muhatu", no qual participaram líderes da indústria de energia para discutir



Por: Alexandre Sousa

Pós-Graduado em Arquivística Histórica

## MASSA DOCUMENTAL ACUMULADA: O CASO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO MIREMPET

A Lei de Geral dos Arquivos, de 2017 (artigos 16º a 26º), diz ser da responsabilidade das organizações a gestão dos documentos produzidos e recebidos no desenvolvimento de suas actividades e a protecção do arquivo, para que funcionem como um instrumento de "apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, elementos de prova e informação".

Diariamente nas organizações, nascem volumes expressivos de documentos. Organizar esta massa documental, avaliar quais podem ser eliminados ou preservados, bem como, definir normas e procedimentos arquivísticos, são actividades técnicas que integram uma política de gestão documental.

Ao ignorar as normas e procedimentos, os órgãos e entidades convivem com volumosos conjuntos documentais sem o devido tratamento técnico, geralmente armazenados em espaços inadequados. Estes acervos são o que denominamos Massa Documental Acumulada (MDA).

A avaliação de documentos é o único meio pelo qual se pode determinar os valores (administrativo, probatório, histórico) dos documentos de uma instituição, e assim propor os prazos de guarda, a eliminação segura ou a guarda permanente. Entender que a MDA é um amontoado de "papéis velhos", armazenados em espaços considerados como "arquivo morto", é resultado da falta de soluções para a sua gestão.

No edifício principal, onde funcionou o MIREMPET, até 2021, foi deixado um grande volume de documentos disposto nos corredores, em caixas e nos armários. Associado ao abandono desta documentação, o pó e o bolor ocasionado pela falta de limpeza e fraco arejamento começavam a causar danos aos mesmos.

Assim, com o objectivo de dar tratamento a estes documentos, foi requisitada uma equipa especializada que se encarregou de avaliar a documentação, separá-la por área/ano de produção/conteúdo e posteriormente acomodá-la.

Adilson Dias, Gestor de Sistema de Informação, apresentou o contexto em que foi encontrado os documentos. "Após a nossa chegada, verificámos que houve uma produção desnecessária e sem um plano de descarte, situação que originou um acúmulo de documentos sem valor arquivístico", detalhou.

Sobre a documentação organizada, o gestor, referiu que tratar-se "essencialmente de documentos produzidos pelos Gabinetes do Ministro, Jurídico, Inspeção, Intercâmbio, Recursos Humanos e de Comunicação".



Romão Kuinga, Analista de Informação, questionado sobre a importância de um arquivo organizado, explicou que está na rápida e eficaz recuperação das informações, uma vez que cada documento é arrumado de acordo ao seu órgão produtor, assunto ou ano de produção, e a par disto, armazenados em um ambiente favorável.

"Para se implementar um plano arquivístico é necessário que se tenha além dos recursos matérias, uma equipa de profissionais capacitados para avaliar primeiro e depois organizar", explicou o analista. Romão Kuinga, Analista de Informação, questionado sobre a importância de um arquivo organizado, explicou que está na rápida e eficaz recuperação das informações, uma vez que cada documento é arrumado de acordo ao seu órgão produtor, assunto ou ano de produção, e a par disto, armazenados em um ambiente favorável. "Para se implementar um plano arquivístico é necessário que se tenha além dos recursos matérias, uma equipa de profissionais capacitados para avaliar primeiro e depois organizar", explicou o analista.

O trabalho desenvolvido, permitiu reorganizar um total de 217 pastas e consequente identificação de acordo a sua classificação original.

**Tratar da massa documental acumulada nas instituições públicas exige o entendimento da importância da gestão documental, independente do suporte do documento e, requer a compreensão de que no passado ou no presente ela é necessária ao bom funcionamento da administração, à prestação de serviços com qualidade e a garantia de direitos.**



## BIBLIOGRAFIA

- INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Arquivística. Rio de Janeiro, vol. 3, nº. 2, pp. 28-60, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). Modelo de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Executivo Municipal – Atividades-Fim, 2021.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (São Paulo). Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São. – 4. ed. revista e ampliada – São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2022.
- ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Guia para Avaliação dinâmica da massa documental acumulada: eliminação rápida e segura de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2021.

## SAIBA + SOBRE

### ATAQUES CIBERNÉTICOS NO WHATSAPP: FORMAS E PREVENÇÃO

O WhatsApp, sendo um dos aplicativos de mensagens mais populares do mundo, tornou-se alvo frequente de ataques cibernéticos. Os cibercriminosos exploram vulnerabilidades humanas e tecnológicas para acessar informações sensíveis, realizar fraudes e até espalhar malware. Conhecer os principais tipos de ataques e como preveni-los é essencial para proteger sua privacidade e segurança.

#### Principais formas de ataque

1. **Clonagem de conta:** neste método, os invasores enganam a vítima para fornecer o código de verificação enviado por SMS. Com esse código, conseguem acessar a conta em outro dispositivo. As consequências são roubo de dados, solicitação de dinheiro a contatos ou envio de links maliciosos.
2. **Phishing:** mensagens falsas, muitas vezes com aparência legítima, são enviadas para enganar o usuário e levá-lo a fornecer dados pessoais ou bancários. Exemplos: promoções falsas, links para "atualização de segurança" ou mensagens fingindo ser do suporte oficial do WhatsApp.

3. **Espionagem com softwares maliciosos:** programas espíões podem ser instalados no dispositivo da vítima para monitorar mensagens, chamadas e outras actividades. Geralmente, ocorre através de links maliciosos ou aplicativos não confiáveis.

4. **Links maliciosos e vírus:** enviados em grupos ou conversas individuais podem redireccionar a vítima para sites fraudulentos ou instalar malware no dispositivo.

5. **Ataques de engenharia social:** criminosos usam técnicas psicológicas para manipular a vítima e convencê-la a compartilhar informações confidenciais ou realizar ações inseguras.

#### Dicas de Prevenção

1. **Activar a verificação em duas etapas:** adicione um PIN de segurança à sua conta para dificultar o acesso de terceiros.
2. **Não Compartilhar o código de verificação:** este código é exclusivo e nunca deve ser compartilhado, nem mesmo com conhecidos.
3. **Cuidado com links desconhecidos:** evite clicar em links suspeitos, mesmo que pareçam enviados por amigos ou grupos confiáveis.

4. **Atualizar o aplicativo regularmente:** garante que está usando a versão mais recente do WhatsApp, que inclui correções de segurança.
5. **Evitar aplicativos de terceiros:** não instale versões não oficiais do WhatsApp, como GBWhatsApp ou WhatsApp Plus, que podem conter vulnerabilidades.
6. **Desconfiar de pedidos de informações:** mensagens que pedem dados pessoais ou bancários devem ser verificadas cuidadosamente, mesmo que pareçam legítimas.
7. **Monitorar actividades em sua conta:** O WhatsApp permite verificar dispositivos conectados via "Aparelhos Conectados" nas configurações. Desconecte qualquer dispositivo suspeito.

## CURIOSIDADE



Por: **Guilherme Baptista**  
**Responsável de Comunicação**  
**da ANRM**

### FÁBULA: NÃO SE DISCUTE COM ASNOS

O burro disse ao tigre:

- "A relva é azul".

O tigre respondeu:

- "Não, a relva é verde. "

A discussão aqueceu, e os dois decidiram submetê-la à arbitragem, e por isso foram diante do leão, o Rei da Selva.

Mas antes de chegar à clareira da floresta, onde o leão estava sentado no seu trono, o jumento começou a gritar:

- "Sua Alteza, é verdade que a relva é azul? "

O leão respondeu:

- "Verdade, a relva é azul. "

O burro apressou-se e continuou:

- "O tigre discorda de mim e contradiz-me, isso irrita-me, por favor castigue-o. "

O rei leão então declarou:

- "O tigre será punido com 5 anos de silêncio. "

O jumento pulou alegremente e seguiu o seu caminho, contente e repetindo:

- "A relva é azul"...

O tigre aceitou o seu castigo, mas antes perguntou ao leão:

- "Sua Majestade, por que me castigou? Afinal, a relva é verde. "

O leão respondeu:

- "Na verdade, a relva é verde. "

O tigre perguntou:

- "Então, por que me estás a castigar? "

O leão respondeu:

- "Isso não tem nada a ver com a questão de saber se a relva é azul ou verde.

O castigo é porque não é possível uma criatura corajosa e inteligente como você perder tempo discutindo com um jumento, e ainda por cima vindo incomodar-me com essa pergunta."

A pior perda de tempo é discutir com um tolo e fanático que não se importa com a verdade ou a realidade, mas apenas com a vitória das suas crenças e ilusões.

Nunca perca tempo com discussões que não fazem sentido...

Existem pessoas que, por mais provas e provas que apresentemos, não estão capacitadas para entender, ficam cegas pelo egoísmo, ódio e ressentimento, e tudo o que querem é ter razão mesmo que não a tenham.

**Quando a ignorância fala mais alto, a inteligência deve calar-se. A sua paz e tranquilidade valem mais do que vãs discussões.**



Por: **Soberano Kanyanga**  
Jornalista e Escritor

## "O PÚBLICO EM PÚBLICO" E A RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E STAKEHOLDERS

Trouxemos como sugestão de leitura o livro "**O Público em Público**" escrito por Jorge Wemans, o primeiro Provedor do Leitor do jornal Público, trazido à luz em 1999. O livro oferece uma visão sobre o papel do Provedor do leitor, suas responsabilidades e a importância da ética jornalística.

Em "**O Público em Público**", Jorge Wemans enfatiza a importância de uma relação transparente e ética entre os meios de comunicação e o público.

Ele acredita que o jornalismo deve ser responsável e servir ao interesse público, garantindo que as informações sejam precisas, imparciais e acessíveis. Wemans destaca ainda a necessidade de os meios de comunicação se envolverem com a comunidade, ouvindo suas preocupações e respondendo às suas necessidades. Isso, segundo o autor, "ajuda a construir confiança e a manter a credibilidade do jornalismo".

Ora, há similitudes entre as relações que se estabelecem entre os media e seus públicos e a comunicação organizacional com seus stakeholders.

Eis algumas: **Transparência:** em ambos os casos, é essencial manter uma comunicação clara e honesta.

Os media devem fornecer informações precisas e confiáveis ao seu público, enquanto as organizações precisam de ser transparentes com seus stakeholders sobre suas operações, decisões e impactos. **Engajamento:** tanto os media quanto as organizações devem se esforçar para se envolver activamente com seus públicos e stakeholders. Isso pode incluir ouvir feedback, responder a preocupações e adaptar suas práticas conforme necessário.

**Confiança:** os media precisam de ganhar a confiança de seu público para serem vistos como fontes confiáveis de informação.

Da mesma forma, as organizações precisam de estabelecer confiança com seus stakeholders para garantir o apoio contínuo e uma boa reputação. Logo, a construção e a manutenção da confiança são cruciais em ambos os contextos.

**Responsabilidade Social:** tanto os media quanto as organizações/instituições têm a responsabilidade de considerar o impacto de suas acções na sociedade.

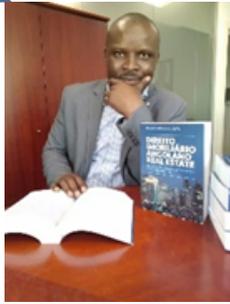
Isso inclui reportar de maneira ética e justa, para os media, e adoptar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis, para as organizações.

**Comunicação bidirecional:** a comunicação não deve ser unidirecional; ambos devem promover um diálogo aberto.

Para os media, isso pode significar incentivar a participação do público por meio de comentários, cartas e redes sociais. Para as organizações, isso pode envolver consultas regulares com os stakeholders e a consideração de suas opiniões nas decisões estratégicas como aconteceu recentemente com o Plano Director do Gás Natural e a Estratégia para os Biocombustíveis.

As semelhanças acima elencadas mostram como a comunicação eficaz, a ética e a construção de relações de confiança são fundamentais tanto para os media quanto para as organizações em suas interações com o público e os stakeholders.





Por: **Domingos Francisco João**

## SOBRE A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO: ENTRE OS DIREITOS MINEIROS E OS DIREITOS FUNDIÁRIOS

### 1. TEMOS RAZÕES?

Por conta das enormes questões que nos têm sido vertidas no nosso labor de contributo técnico-jurídico diário em face do nosso envolvimento indelével e indestrutível com o Direito Económico, não deixaremos jamais de dar respostas com a respectivo embasamento técnico devido às questões que vamos recebendo. Desta feita, fazemo-lo em resumo e sem tamanha profundidade dogmática que nos caracteriza, através do conteúdo que vos vertemos infra.

Em verdade, desde o início da institucionalização da actividade mineira no mundo que os conflitos de compreensão da natureza jurídica dos direitos mineiros e fundiários, quando encontrados em conflito, que constitui elemento de intervenção constante do Estado na sua regulação e conformação. É neste contexto em que em Angola tem se convivido com várias interpelações no sentido de se tornar mais esclarecida a natureza jurídica de cada uma das matérias, sendo certo que desta vez o fazemos como contributo continuado. Este esforço resumo visa, exactamente, propor uma delimitação técnico – jurídica existente entre o que não uns e outros e qual a prevalência existente entre um e outro, ou: **qual será o direito que tem mais prevalência sobre o outro?** Trataremos de responder a este quesito e de propor uma orientação de solução dos conflitos existentes, tanto na compreensão para a solução como na indicação da estrutura existente.

### 2. O QUE ESTÁ NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE OS DOIS DIREITOS.

A **Constituição**, art. 16.º, determina que “os recursos naturais... são propriedade do Estado...”, é *são integrados no domínio público*, al. d) do art. 95.º, sendo a terra prevista no art. 15.º e 98.º, “...propriedade originária do Estado,

*pode ser transmitida para... o seu racional e efectivo aproveitamento...”. O Código Mineiro*, art. 42.º, determina que “os recursos minerais..., são propriedade originária do Estado e fazem parte do seu domínio privado (estranho e inconstitucional), sendo que as diversas instituições (art. 37.º) do Executivo responsáveis pelo registo e cadastro fundiário, estão obrigadas a partilhar as informações relevantes sobre o uso e aproveitamento da terra para fins fundiários. O direito mineiro é distinto dos direitos de propriedade fundiária (art. 137.º).

Um outro detalhe do **Código Mineiro** tem a ver com o conteúdo do art. 77.º, que determina que em caso de conflito entre os direitos mineiros e fundiários, este dá lugar à fixação de renda anual e de caução por ocupação de terrenos, na falta de acordo com os donos ou possuidores dos terrenos, pois “*pode o titular de direitos mineiros... requerer aos ministros que tutelam a actividade mineira e as actividades exercidas pelo dono ou possuidor..., por despacho conjunto, à fixação da renda anual..., e de uma caução que garanta o pagamento dos prejuízos...”. Na fixação da renda... deve ter-se em consideração o rendimento líquido estimado da terra...*” e não do mineral.

A **Lei de Terras**, arts 2.º e 3.º, determina que estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado. Os arts. 7.º, 8.º e 10.º consagram que a transmissão destes direitos só ocorre para o aproveitamento útil e efectivo, tendo em conta o fim a que o terreno se destina e os direitos extinguem-se pelo não exercício ou pela inobservância do aproveitamento útil e efectivo durante 3 anos consecutivos ou seis anos interpolados. Outra preposição é a que resulta dos arts. 10.º e 18.º da **Lei de Terras**, que determinam que os Recursos naturais são propriedade do Estado, integrando-se no seu domínio público, são intransmissíveis, mas o Estado pode constituir sobre eles direitos e o exercício destes direitos fundiários estão subordinados ao fim económico e social que justificou a sua atribuição. Ademais, art. 64.º, “os direitos fundiários extinguem-se: pela aplicação do terreno a fim diverso... pelo desaparecimento ou inutilização”. Quer dizer que, por força da lei – ope legis -, se alguém requerer direitos mineiros sendo titular de direitos fundiários e tendo como fundamento estes, perde automaticamente os

direitos fundiários e a impossibilidade de sobre eles reclamar algum direito.

### 3. SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DOS DOIS DIREITOS

No ponto de vista da sua natureza, ambos os direitos pertencem aos direitos económicos propriedade do Estado, sendo que:

- i) Os direitos fundiários se enquadram nos direitos sociais do Estado e sujeitos à satisfação das necessidades/interesses/incumbências sociais do Estado; e
- ii) Os direitos mineiros se enquadram entre os direitos económicos do Estado e sujeitos à satisfação das necessidades/interesses/incumbências económicas do Estado.

Esta natureza resulta da definição constitucional de cada um dos direitos, por ser a nossa Constituição compatível com a auto-representação do sistema económico como economia social de mercado, economia mista e economia concertada (art. 89.º, n.º 1, CRA), modelo que procura estabelecer um equilíbrio entre a economia de mercado e o interesse público e social que se projecta em vários preceitos da CRA.

Por um lado, defende-se a propriedade privada, por outro, defende-se a garantia da *democracia económica e social* (art. 2.º).

É por conta disso que, no nosso modelo jus-económico, atribuem-se ao Estado incumbências em matéria de orientação e controlo da actividade económica – impondo-se ou permitindo-se, nos importantes sectores da economia como o dos recursos minerais, a regulação pública de alguns aspectos do seu funcionamento (art. 89.º, n.º 1. al. a) CRA), de redistribuição de rendimentos e de salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos na esfera económica enquanto limites ao poder económico privado ou público, apesar de que em parte alguma da CRA se consagra um princípio de subsidiariedade da acção do Estado.

Olhando para o facto de o legislador optar pela aprovação de um Código Mineiro e não de uma Lei como o fez com a Lei de Terras, mediatiza o facto de que a nossa ordem constitucional, sendo complexa e multifacetada, priorizou a certeza da concretização de um regime hierarquizado na qualificação dos factos jus – económicos num cenário constitucional de uma economia liberalizante.

Esta estrutura torna clara qual a opção jus – económica do Estado, em caso de conflito entre os direitos mineiros e os direitos fundiários, pois:

Dá maior relevância aos direitos que visam a defesa dos interesses económicos do Estado, sendo que no seu enquadramento, o direito mineiro é de aplicação prioritária em fase dos direitos fundiários.

Vemos isto consagrado no art. 77.º do Cód. Mineiro ao fixar que, em caso de conflito entre os direitos mineiros e os direitos fundiários, não podendo este limitar aqueles, *“na falta de acordo com os donos ou possuidores dos terrenos..., pode o titular de direitos mineiros... requerer aos ministros que tutelam a actividade mineira e as actividades exercidas pelo dono ou possuidor da terra que (...) procedam por despacho conjunto, à fixação da renda anual...”*.

### 4. CONCLUSÃO

Postos aqui e considerando estar provada a limitação da qualificação jurídica dos direitos mineiros em face dos direitos fundiários, podemos colher o seguinte do respectivo regime jurídico supra destilado:

- i) O regime jurídico vigorante no nosso ordenamento jurídico dá prioridade aos direitos mineiros em face dos direitos fundiários e do Ambiente, sendo que em caso de conflito entre ambos, o direito mineiro não espera e não pára, pois está sempre assente nos interesses económicos do Estado, sendo isto reforçado também no facto do legislador os delimitar ao aprovar um Código Mineiro (Lei superior) e uma Lei de Terras (inferior ao Código) para os hierarquizar melhor;
- ii) Os Direitos mineiros visam a satisfação dos interesses económicos do Estado e os Direitos fundiários visam os interesses sociais do Estado, sendo que os interesses económicos do Estado prevalecem sobre os interesses sociais, por conta do seu elevado interesse público;
- iii) Nos termos do art. 77.º do Cód. Mineiro, o titular de direitos mineiros, caso o titular de direitos fundiários não aceite as condições de saída da área, pode obter isso por via de um Despacho Conjunto ministerial, sem parar o desenvolvimento da sua actividade mineira, por não haver limitações legais e administrativas para o efeito e contrárias aos prevalentes interesses económicos do Estado;
- iv) Nos termos do art. 64.º da Lei de Terras, o titular de direitos fundiários que peça direitos mineiros verá os seus direitos fundiários automaticamente (ope legis) extintos, por mero efeito da “aplicação do terreno a fim diverso... e pelo desaparecimento ou inutilização”.



**“Precisamos de criar condições para atrairmos investidores a Angola”.**

Ministro Diamantino Azevedo, visita de trabalho ao Cuanza-Norte, 18 e 19.11.24.

**“Estamos a incentivá-los para produzirem ferro manganês e ferro silício que é usado na indústria diamantífera. Este composto, em Angola, é importado e, se conseguirmos a produção local, poderemos passar também a exportar”.**

**“Ao grupo AMUFERT e a Afreximbank, deixo um recado: “voltei hoje para testemunhar a assinatura do Contrato de Engenharia, Gestão e Construção. Por favor, não me convidem para mais assinaturas. Devemos nos encontrar apenas no dia 20 de Maio de 2027, no Soyo, para iniciarmos a produção de amónia”.**

Ministro Diamantino Azevedo, na Cerimónia de assinatura do Contrato de Engenharia, Gestão e Construção, 20.11.24.



**“Esta campanha, que já se tornou uma referência no MIREMPET, é de extrema importância para a consciencialização sobre a saúde masculina e traz-nos uma mensagem importante sobre a necessidade da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata.**

Directora do GRH, Paula Fernandes, na abertura do Workshop sobre desmistificação do vírus HPV, 21.11.24.

**“A previsível deslocação da procura global para fontes de energias limpas e renováveis terá grandes implicações para as economias exportadoras de combustíveis fósseis e, como tal, a estratégia da Sonangol passa por avançar para a transição energética”**

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso,

1º Workshop sobre o “Projecto de Hidrogénio Verde”, na Barra do Dande, 14.11.24.





**JOSÉ BARTOLOMEU CUELA**

### **“SOU DE UMA ÉPOCA EM QUE HAVIA IRMANDADE E SOLIDARIEDADE ENTRE AS PESSOAS”.**

O rosto da casa desta edição, chama-se José Bartolomeu Cuela, nascido aos 27 de Dezembro, na província de Cabinda. Filho de Martinho Cuela e de Maria de Fátima Lembi, e pai de três filhos.

Com apenas 8 anos de idade, deixou a sua terra natal e veio para Luanda com a sua família. Cuela, contou que passou a infância e adolescência nos bairros Maianga (Rua António Barroso), Ingombotas e no Maculusso (Rua da ex-Liga Nacional Africana). Foi nas Ingombotas onde passou a maior parte da sua vida, até a altura que contraiu matrimónio e foi viver no Bairro dos Combatentes.

O rosto da casa considera que teve uma boa infância, apesar de que naquela altura o país passava por uma guerra civil. Havia muitas dificuldades em termos sociais, no entanto, “eu sou de uma época que havia irmandade e solidariedade entre as pessoas”.

Falou com nostalgia, que “as pessoas eram mais sensíveis e com muito espírito de entre ajuda, o que não se verifica actualmente, ou seja, há muita perda de valores.

Apesar da dificuldade imposta pelo conflito armado e as adversidades sociais da época, “éramos felizes e não sabíamos”.

José Cuela estudou nas escolas Martal, na Maianga (1ª e 2ª classe); Aplicação e Ensaio, no Alvalade (3ª classe); Ex-Liga Nacional Africana (4ª classe); Alda Lara (5ª e 6ª classe); e Ngola Kiluange (7ª e 8ª classe). Fez o ensino médio no IMEL e o superior na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Hoje, Cuela é Jurista e Advogado.

A sua carreira começou no antigo Ministério dos Petróleos, em 2011, inicialmente no Gabinete Jurídico, onde ficou durante muitos anos. Depois passou para o Departamento da Contratação Pública, na Secretária-Geral. Actualmente está colocado no Gabinete do Ministro.

Tenho uma relação excelente com os meus colegas, os quais considero como “irmãos” e “também com os meus superiores hierárquicos, os quais considero os meus guias”, pois são pacientes apesar de exigentes.

Por se tratar de um gabinete com muito fluxo de trabalho, o rosto da casa, acrescentou que “os mesmos têm demonstrado grande espírito de camaradagem e sempre ensinam coisas novas, ou seja aprendo todos os dias”.

O Jurista, espera poder crescer em termos profissionais e constituir uma mais-valia para o MIREMPET. Aos seus colegas, apela o “foco e fé”, por forma a desempenhar com zelo e profissionalismo nas suas atribuições.



## **EMPRESA DO SULTANATO DE OMÃ SUBSTITUI ALROSA EM CATOCA**

A decisão foi anunciada, a 28 de Novembro, pelo Ministro Diamantino Azevedo, durante a reunião do Conselho de Ministros.

Maaden International Investment de Omã é a empresa que passa a deter as acções da russa Alrosa, afectada por sanções norte-americanas e europeias, juntando-se à diamantífera pública angolana Endiama.

A subsidiária do fundo soberano do Sultanato de Omã vai, igualmente, substituir a Alrosa na Sociedade Mineira do Luele. O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás explicou que as sanções à diamantífera russa criavam dificuldades à indústria diamantífera angolana e à credibilidade dos nossos diamantes no mercado internacional, o que levou o Presidente João Lourenço a orientar a Tutela do Sector e a empresa pública Endiama (então sócia da Alrosa) "a encontrarem uma solução que atendesse as duas partes".

Diamantino Azevedo acrescentou que "até ao momento, o nosso País nunca foi sancionado porque os Presidentes de Angola, Namíbia e Botswana assumiram uma posição concertada junto do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo)".

### **AGENDA**

05.12.24 – Assembleia dos Trabalhadores do MIREMPET

07.12.24 - Angola Oil & Gas Awards 24

09.12.24 – X Reunião do Conselho Consultivo do MIREMPET, Luanda



# ANIVERSARIANTES DO MÊS DE DEZEMBRO FELIZ ANIVERSÁRIO!

EDILSON CARDOSO



GTICI  
02/12

MOISÉS MUNDOMBE



GEPE  
03/12

ANTÓNIA AUGUSTO



GS  
10/12

SAMUEL GONGA



GRH  
13/12

BENVINDO MARTINS



GSERM  
13/12

RAFAEL LUEMBA



GS  
13/12

TERESA LIMA



GTICI  
14/12

EUGÉNIA ANTÓNIO



GRH  
16/12

MARIA GOLA



GI  
16/12

EURICA MANUEL



SG  
17/12

EMANUEL CATRAIO



DNFCL  
20/12

LEONARDO PACKA



GS  
20/12

MARGARETE SANTOS



GI  
21/12

LINDULA ANTÓNIO



SG  
21/12

MARTA DOS SANTOS



SG  
21/12

RUTE QUETE



GEPE  
24/12

VIRGÍNIA GUERRA



SG  
26/12

MARIA DE SOUSA



SG  
26/12

OSVALDO MARTINHO



GEPE  
26/12

JOSÉ CUELA



SG  
27/12

FIEL SEBASTIÃO



DNRM  
29/12

ANABELA AIRES



GRH  
31/12

CARMEM CANJUNGO



DNPG  
31/12

## **FICHA TÉCNICA**

Director: Luciano Canhanga

Supervisora: Catarina Travessa

Coordenadora: Cristina Cunha

Redacção: Belarmino Gomes, Nelson Muanha e Feliciano Luzayamo, Alexandre Sousa e Carmo Canguary

Colaboração: Domingos Francisco João “Mitto” e Guilherme Baptista

Paginação: Organizações HOTCHALI

# MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por “MIREMPET” é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospecção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da protecção do ambiente

## DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro - Diamantino Pedro Azevedo

Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Jânio da Rosa Corrêa Victor

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás - José Alexandre Barroso

## SERVIÇO DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira

Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lídia Lopes

Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garmacho

Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérta Oliveira

## SERVIÇO EXECUTIVOS DIRECTORES

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tanganha

Director Nacional Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

## SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário Geral - Américo da Costa

Directora do Gabinete de Recursos Humanos - Paula Fernandes

Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas - Alexandre Joaquim Garrett

Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez

Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António

Director do Jurídico - Eunice Ferraz

Director do Gabinete de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional - Luciano António Canhamga

## ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo

Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha

Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins

Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior

Sodiam - Eugénio Bravo da Rosa

Instituto Geológico de Angola - José Manuel

Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Luís Fernandes

Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim

Comissão Nacional do Processo Kimberley - Estanislau Buio